

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO PARÁ

AUTORIA

Alessandra Queiroz Silva

E-mail: alessandra.adm2017@gmail.com

Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Cilene Aragão França

E-mail: cilene.adm2016@gmail.com

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Fernanda Sousa Silva

E-mail: fernanda.sousa.adm2018@gmail.com

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Marília Freitas Sousa

E-mail: marilia.sousa.adm.2017@gmail.com

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever o desempenho do Programa Bolsa Família no estado do Pará, em uma perspectiva comparativa nacional. A relevância dada a este trabalho é principalmente pela escassez de estudos relacionados ao assunto especificamente na região Norte do Brasil. No processo metodológico de construção do artigo foram utilizados estudos bibliográficos, análises quantitativas, principalmente dos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, focando na comparação entre indicadores do estado do Pará e do Brasil. Como resultados encontrados na pesquisa o estado do Pará supera a média nacional referente a alguns aspectos do Programa Bolsa Família, porém ainda há fragilidades em seu sistema, tanto em proporções nacionais quanto regionais.

Palavras-chave: Arranjo produtivo Local; Indústria de Confecção; Desenvolvimento local.

Jovens Pesquisadores

1. INTRODUÇÃO

Entre o século XX e XXI o Brasil estava passando por mudanças em suas estruturas políticas e econômicas, afetando diretamente a sociedade por meio de elaborações e implantações de políticas públicas que visavam o bem-estar social, solucionar e evitar problemáticas na sociedade. Destacava-se principalmente as Políticas de Transferência de Renda, dos quais tiveram seu marco inicial por volta do ano de 1940 com o Sistema de Seguridade Social. Entretanto, apenas entre as décadas de 1980 e 1990 elas obtiveram maior relevância nos debates socio-político-econômicos e sua formalização assegurada.

No entanto, estes benefícios oferecidos para a população eram repassados separadamente, o que ocasionava uma propensão a má administração dos mesmos. Por conseguinte, elaborou-se o projeto do Programa Bolsa Família que objetivou a junção de alguns programas de Assistência Social e de Transferência de Renda já existentes, visando principalmente o atendimento a parcela populacional Brasileira desprovida de renda suficiente para suprir as suas necessidades básicas.

O Programa foi implementado em uma proporção de abrangência nacional, ou seja, englobando todos os Estados pertencentes ao Brasil e é justamente um desses que foi o objeto de estudo da pesquisa, o Estado do Pará que encontra-se localizado na região norte do país e por mais que seja diretamente impactada pelo Bolsa Família, onde mais de 900 mil famílias são assistidas atualmente neste Estado, o que corresponde a aproximadamente 34,49% da população total, ainda se encontra com um déficit em pesquisas voltadas para esta área, logo esta problemática fundamenta a justificativa da abordagem feita no artigo, é também por este motivo que o objetivo estabelecido no trabalho é descrever o desempenho do programa no estado do Pará, bem como realizar uma análise comparativa com os índices nacionais.

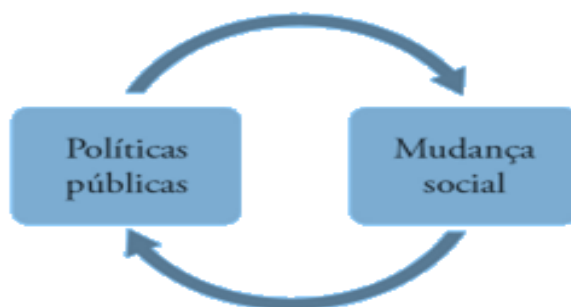
2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceito de Política Pública

O termo Política Pública é discutido por muitos autores, existindo varias vertentes para a sua conceituação. De uma maneira objetiva, Gomes (2017) conceitua-o como sendo um conjunto de ações desenvolvidas em prol de um objetivo, este sendo voltado para o bem comum da população, ou seja, são atitudes desenvolvidas pelo Estado para amenizar ou evitar problemas existentes dentro da sociedade a qual ele governe.

Com isso, Lima e D'Ascenzi (2018) afirmam que seu objetivo é ser um dos instrumentos principais de mudança social, buscando moldar a sociedade futura com ações eficientes no presente.

Figura 1 – Objetivo da Política Pública: mudança social.



Fonte: Lima; Steffen; D'Ascenzi, (2018).

Em outra perspectiva, Pereyra (2016) complementa afirmando que a política pública vai muito além de ser apenas uma responsabilidade Estatal, mas que requer uma participação dos

cidadãos e pode vir a surgir de iniciativas de diferentes origens, apesar de sua legitimidade só poder ser efetivada por parte do Estado. Essa abordagem possui um sentido voltado para a governança, que nada mais é do que o envolvimento de todos os atores interessados (stakeholders) no processo de formulação, decisão e avaliação. (CARVALHO, 2002). Mas para que este processo seja posto em prática, Araújo e Gazzola (2017) destacam as principais etapas deste ciclo como sendo primeiramente a detecção do problema e sua inclusão na agenda prioritária governamental; decisão da melhor política pública a ser implantada, posteriormente a sua implementação, e por fim o seu acompanhamento e avaliação. Como exposto didaticamente por Araújo (2015) na figura 2.

Figura 2 – Ciclo da política pública.



Fonte: Araújo (2015)

2.2. Transferência de Renda e Políticas Públicas

As políticas de assistência social brasileiras têm como objetivo a cobertura total da sociedade que necessita de seu atendimento, que é principalmente a população em situação de pobreza e extrema pobreza, mas elas não conseguem atender de forma igualitária os beneficiários, pois a heterogeneidade e a extensão territorial do país dificultam esse processo. (BICHIR, 2016).

Interligado a esta perspectiva, encontra-se os programas de transferência de renda como uma expressão nítida de assistência social para o combate a pobreza, do qual se baseiam na ideia de repasse de uma quantia monetária mensal as famílias assistidas. O que trás consequências para o aumento da renda, por mais que o valor transferido seja baixo ele é um auxílio importante para autonomia econômica deste público em questão. (SILVA; GONÇALVES, 2017; CORNELLOSSI; BERNARDES, 2014). Pinto (2016) acrescenta que no início os programas eram separados, como por exemplo, existia um auxílio específico para despesa com gás de cozinha. Havia um “controle” setorial dos montantes repassados e era vedado o gasto com outros produtos que não fossem os previamente especificados.

Tais políticas tiveram a possibilidade de formulação e implementação depois do período de redemocratização em alguns países, inclusive no Brasil. Depois de colocadas em prática elas ajudaram a reduzir os índices de pobreza e desigualdade de renda, pois contribuem para o fortalecimento monetário das famílias assistidas. (PASE; MELO, 2017; SILVA, 2016).

Os programas de transferência de renda direta, como afirma Moreira (2015) têm origem não contributiva e são usados estrategicamente por meio do Estado, porém é evidente sua importância no papel de assistência social em todo território nacional.

2.3. Programa Bolsa Família

Atualmente o Programa Bolsa Família é reconhecido como a principal política de minimização das desigualdades econômicas no Brasil. Foi instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, transformada na Lei 10.836, em janeiro de 2004. Criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva através da junção de quatro programas sociais já existentes de transferência de renda: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Cujo objetivo era garantir uma cobertura nacional (SANTANA; DOURADO, 2018. COELHO; FERNANDES, 2017). Segundo Carneiro (2018) o programa atua fornecendo uma quantia mensal em dinheiro a famílias cadastradas, com critérios de renda já estabelecidos pelo programa e pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O PBF atua transferindo renda, minimizando índices de pobreza e reforçando o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, já que os beneficiários precisam cumprir certas exigências em áreas estratégicas.

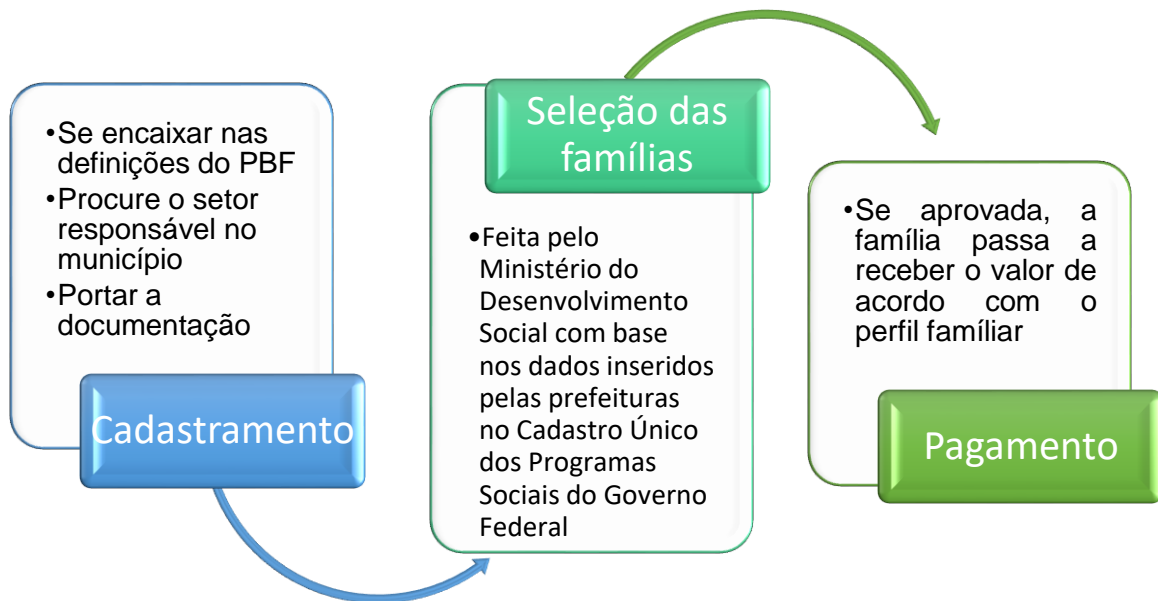
“Para que o programa tenha êxito em sua proposta e objetivos, foram criadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) as chamadas condições, para o recebimento da renda por parte das famílias” (GOMES et. al. 2013, p.271). Na área de educação é necessário que as crianças estejam matriculadas em escolas, com frequência mínima mensal de 85%, para a faixa etária de até 15 anos e de 75%. Na saúde, o calendário de vacinação das crianças menores de 07 anos e a realização do pré-natal de mulheres entre 14 a 44 anos. Já na área de assistência social, o programa exige que as crianças e adolescentes, com no máximo 15 anos, participem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (SANTANA; DOURADO, 2018).

Os benefícios são classificados em dois grupos maiores, o básico, fornecido às famílias em situação de extrema pobreza, que recebem até 89,00 por pessoa. E o variável destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, lactantes, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Os valores desses benefícios são de R\$ 41,00. Enquanto o Benefício Variável Jovem concede a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, o valor de R\$ 48,00 por mês.

2.3.1. Fluxos de gestão do Programa

A realização operacional se dá da forma descrita na figura 3, respeitando os processos obrigatórios de cadastramento das famílias, análise dos cadastrados e posteriormente o pagamento do benefício para os que tiveram seu cadastro aprovado.

Figura 3 – Etapas do Programa

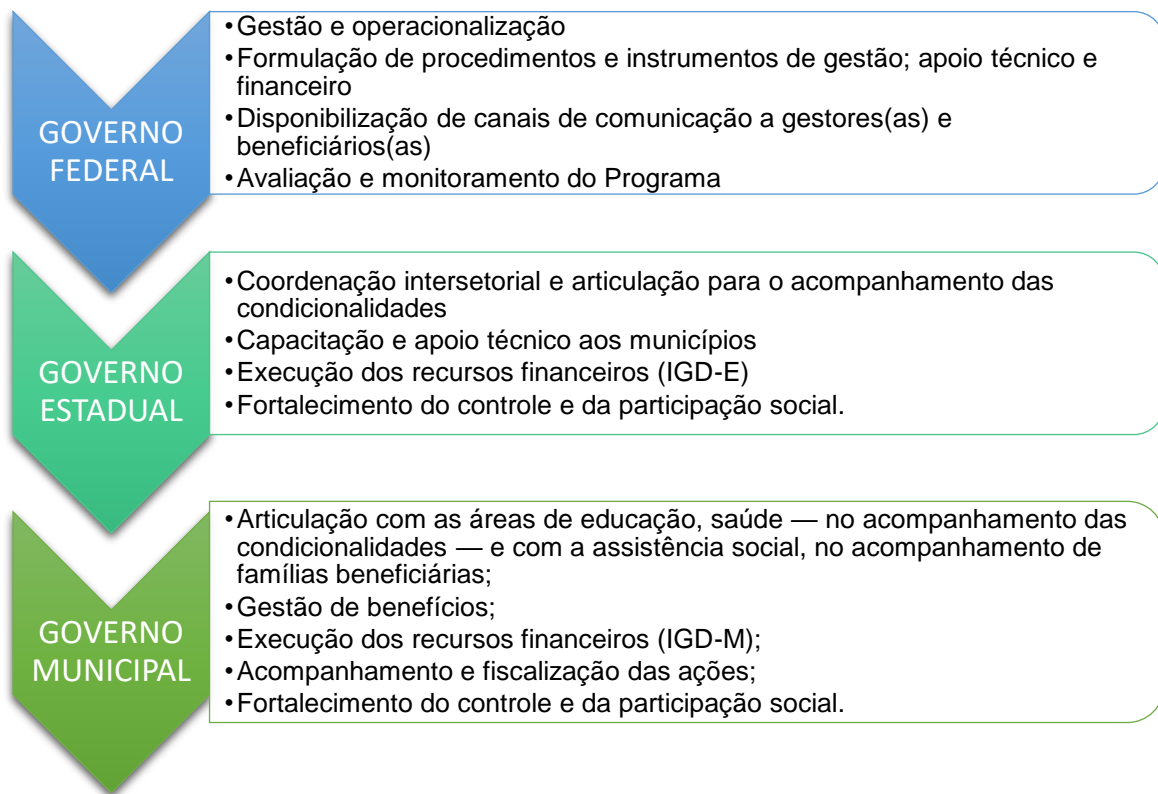


Fonte: Elaborado pelas autoras (2019) com base em dados da Caixa Econômica Federal (2019).

Segundo o **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)** para colocar em funcionamento o programa social com maior cobertura nacional, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios precisam unir esforços, todos são corresponsáveis pela implementação do programa, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social.

A responsabilidade do gerenciamento do Programa se dá de maneira descentralizada, manifestando-se nas três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal atribuindo responsabilidades proporcionais a cada nível, como demonstra a figura 4. (GOMES et. al. 2013)

Figura 4 - Atribuições ao Governo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019) com base nos dados do MDS (2015)

Na educação, os municípios são responsáveis por registrar as informações dos alunos como a frequência escolar, e enviar ao Ministério da Educação (MEC) que por sua vez repassa os dados ao **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**. Órgão responsável de verificar descumprimento das regras pelas famílias e aplicar avisos e bloqueios dos benefícios. É enviada uma notificação, via extrato bancário às famílias, e elas podem se justificar por meio do gestor municipal em casos de descumprimento. Em seguida são encaminhadas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para serem assistidas. Na saúde, a listagem dos beneficiários de até sete anos e gestantes entre 14 e 44 anos ao Ministério da Saúde (MS) e disponibilizá-la aos municípios. Técnicos da saúde arquivam as informações no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e as enviam ao Departamento de informática do Sistema de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (DATASUS) que processa e dissemina informações ao MDS, e também que também vai fazer as etapas de monitoramento e bloqueios de benefícios caso necessário. (COELHO; FERNANDES, 2017).

3. METODOLOGIA

As informações foram adquiridas através de estudos bibliográficos, coletando dados em artigos relacionados ao assunto e também em plataformas governamentais de transparência online, com um processo metodológico qualitativo e quantitativo de análise de relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e outras instituições responsáveis pela gestão e controle do Programa Bolsa Família, bem como os principais autores Santana e Dourado (2018), Carneiro (2018). Buscou-se destacar principalmente os conceitos relacionados ao estudo, bem como relacionados à política pública em questão abordados principalmente por Gomes (2017), Lima e D'Ascenzi (2018), e Bichir (2016). Estes dados foram retirados, em sua

maioria, das bases de dados Spell, Capes, de bibliotecas digitais como da FGV e de sites federais como do MDS, e da Caixa Econômica Federal. Procurou-se também, utilizar um processo comparativo entre as médias percentuais do Estado do Pará em relação as do Brasil possuindo um enfoque no acompanhamento efetivo das famílias, nas áreas da saúde e educação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, os programas de transferência de renda, exercem grandes influencias na diminuição do índice de pobreza no país e em outros países latino-americanos que utilizam este método, como ressalta Neri (2017). Ainda que este processo tenha causado grandes mudanças, ainda se observa precariedade no sistema oferecido em algumas localidades, uma vez que os contextos locais não são visionados no momento da elaboração do programa, tendo uma visão de “cima para baixo” (top-down) o que conseqüentemente gera atritos entre o que fora formulado teoricamente com o que se passa na realidade da implantação. (PIZZIO; SILVA, 2016).

Dentro do território brasileiro, existem diferentes formas e níveis de acesso aos serviços públicos, de renda, emprego, escolaridade, e entre outros. O Brasil é um País fragmentado em 5.565 municípios e com diversos contextos, o que se deve ao processo histórico desigual de desenvolvimento econômico e social entre Estados. (ARRAIS, 2016. MDS, 2015.) Dessa forma, segundo estudado por Pinto, Coronel e Filho (2015) o processo de eficiência da gestão do Programa no desenvolvimento regional brasileiro é diferente. Alguns Estados brasileiros foram classificados como referências aos demais, possuindo alto desempenho de eficiência na gestão do Programa, dentre esses Estados estavam Acre, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

Após a implantação em 2003 do PBF nos estados e municípios, surgiram diversas criticas e denuncias ao programa. Ao decorrer do seu segundo ano em atividade, muito se debateu a respeito do seu funcionamento, sobre qualidades frente ao combate a pobreza e estímulo a independência financeira principalmente para as mulheres. Bem como falhas e falhas, nos processos de cadastramento, seleção dos beneficiários e acúmulo indevido do benefício.

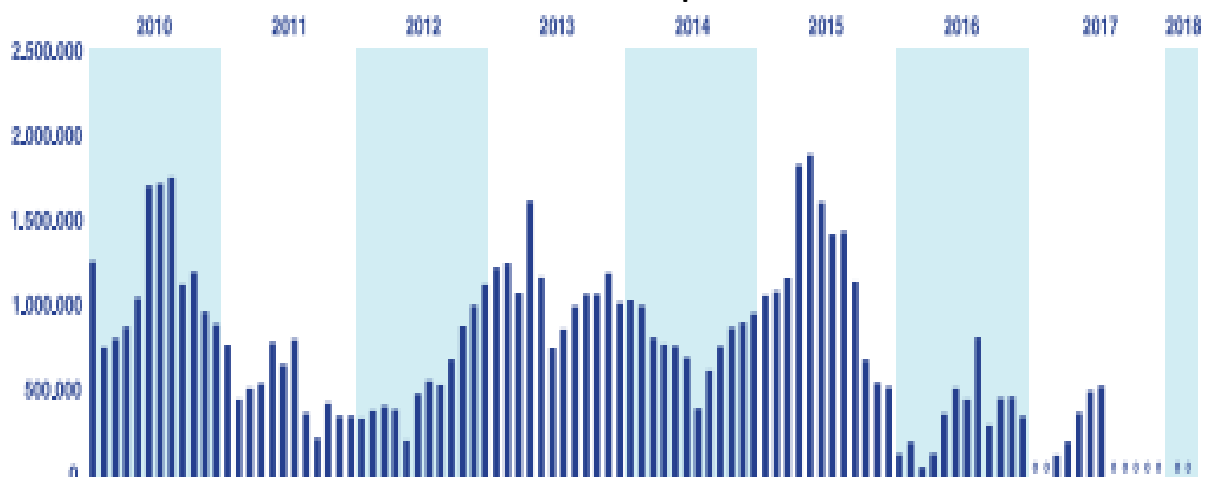
Quadro 1 – Síntese das principais críticas ao Programa Bolsa Família.

Dimensão	Críticas	
	Positivas	Negativas
Social	Eficaz no combate à pobreza para grupos específicos e exigência de condicionalidades nas áreas da saúde e educação.	Estimula a cultura do não trabalho, e não apresenta garantias do cumprimento das condicionalidades.
Política	Estimula a autonomia dos indivíduos, com foco especial no gênero	Estimula o clientelismo conforme situações de populismo político, indicado pela regionalidade dos votos.
Econômica	Aumento do consumo no varejo.	Gasto público improdutivo, e ineficiência nos mecanismos de controle.

Fonte: Arrais (2016)

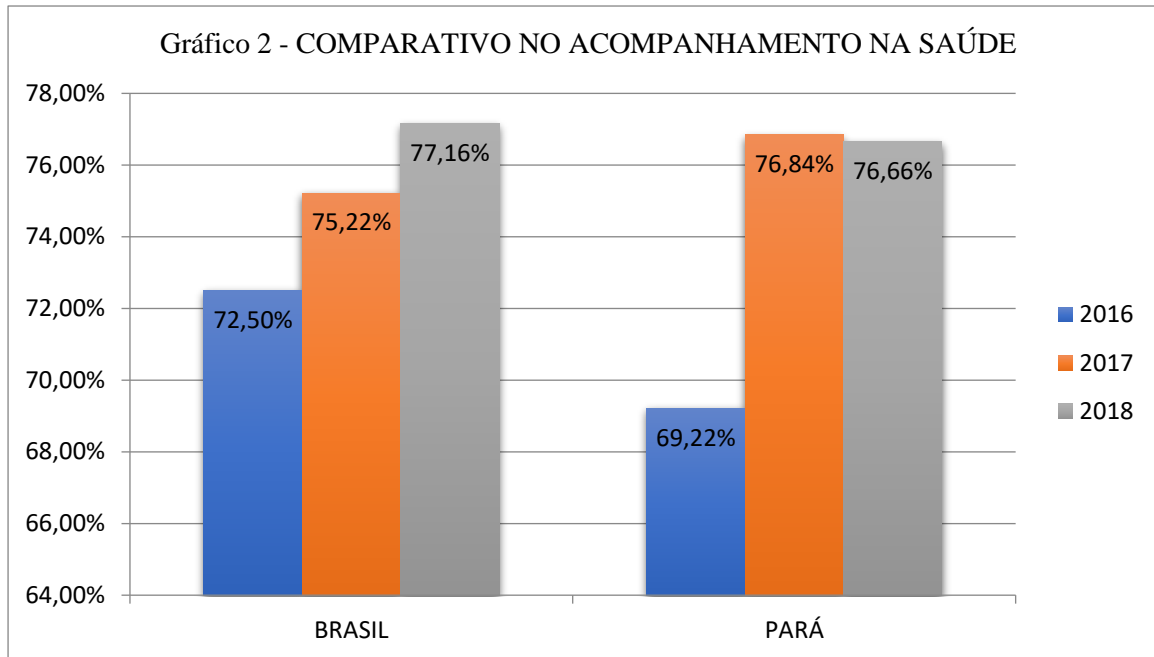
Segundo o MDS (2018), apesar das dificuldades e problemas ainda existentes, ele é o maior do mundo no quesito de transferência de renda para combater a pobreza e a extrema pobreza. O autor destaca que o valor mensal repassado para 13,8 milhões de famílias assistidas em todo o Brasil é de aproximadamente 2,4 bilhões de reais. Ele também expõe por meio do gráfico 1 a crescente resultados dos aprimoramentos no atendimento, especialmente a partir do segundo semestre de 2017, onde os dados mostram o declínio significativo das filas de espera do recebimento do benefício.

Gráfico 1 – Histórico da fila de espera do Bolsa Família



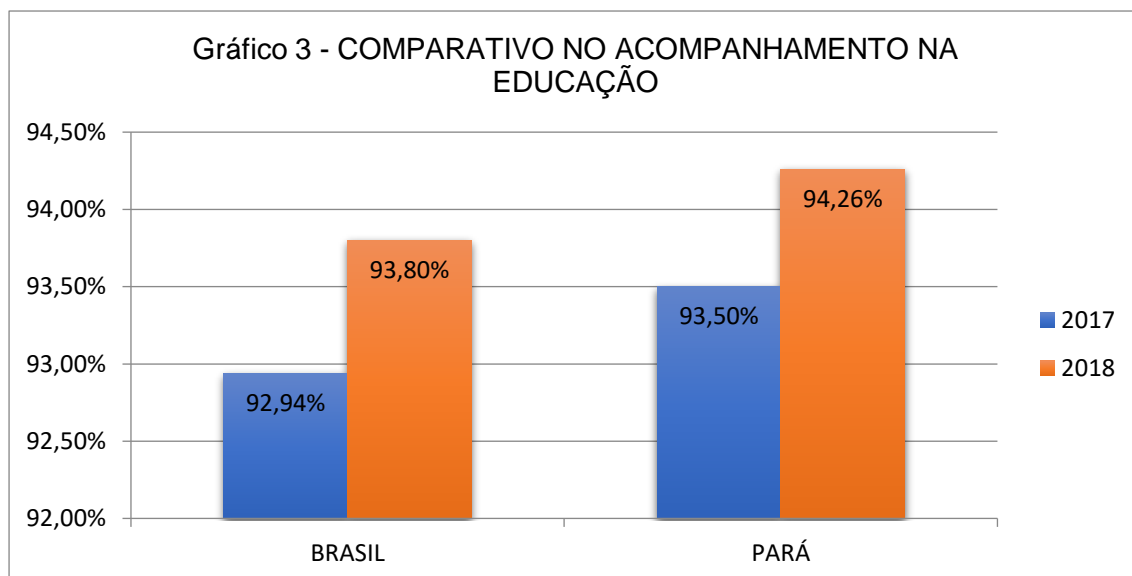
Fonte: MDS (2018)

O alcance deste programa se dá em todo o território nacional e segundo dados do MDS (2019) apenas em julho de 2019 já fora transferido o benefício para cerca de 13.841.302 famílias. É possível perceber que sua área de abrangência é extensa, pois não são mais de 13 milhões de pessoas e sim de famílias que se mantêm sobre a responsabilidade de assistência do programa. Visando a realidade local da região do Estado do Pará foram destinados 193,9 milhões de reais ao Programa Bolsa Família, para 977.115 mil famílias beneficiadas no período de Janeiro à Abril de 2019. Isto equivale a aproximadamente 34% da população total do estado, ou seja, mais de um terço dos habitantes tem inserido em sua renda o valor repassado pelo PBF, que em média, neste local, é de 198,47 de reais. O acompanhamento escolar cobre 1.171.681 milhão de crianças e adolescentes alcançando um nível positivo de 94,26% em relação ao total de pessoas aptas a recebê-lo. Na área da saúde, no entanto, são assistidas 630.561 pessoas, o equivalente a 76,66% do total de habitantes que deveriam receber esta assistência. Estes são resultados muito satisfatórios levando em consideração o resultado da média nacional destes mesmos índices. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). O gráfico 2 e 3 demonstram os valores percentuais nos anos de 2016 à 2018, em uma comparação das áreas da educação e da saúde entre os resultados nacionais e do Estado do Pará.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019) conforme informações do MDS (2016; 2017; 2018) dos 1º semestre dos referidos períodos.

O Estado do Pará se mostrou acima da média nacional na saúde no ano de 2017. Porém nos outros 2 anos ele não conseguiu superar essa média, no entanto mostrou ter um bom crescimento de 2016 a 2017, havendo apenas um pequeno declínio de 0,18 pontos percentuais de 2017 para 2018. Já no que diz respeito ao Brasil, de 2016 a 2018 não houve nenhum decréscimo, podendo afirmar que o país como um todo tem tido um aperfeiçoamento nesta política pública.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019) conforme informações do MDS (2017; 2018).

No que tange a área educacional, constatou-se que os dois objetos de estudo progrediram entre 2017 e 2018. O Pará estando acima da média nacional nos dois anos analisados, o que demonstra um melhor acompanhamento das crianças e adolescentes em termos educacionais, mas não só no estado como no país, visto que ele também elevou o nível de acompanhamento

nesse período. Isso mostra que tanto no estado quanto no restante do país há uma preocupação em melhorar o sistema da educação para as crianças e jovens.

São perceptíveis as evoluções no Estado paraense nos dois aspectos estudados, porém houve uma pequena regressão no ano de 2018 no setor da saúde em 0,18%. Ficando a frente da média nacional no ano de 2018 na educação com 0,46%. No entanto sua melhor colocação se deu na área da saúde no ano de 2017, que em comparação a média nacional obteve um saldo positivo de 1,62%.

5. CONCLUSÃO

Encontrou-se algumas dificuldades no percurso da realização do estudo, especialmente no que tange a falta de pesquisas voltadas para a área estudada e na região que fora objeto de estudo, além de poucas pesquisas atuais. Mas apesar dos encaixos encontrados o artigo conseguiu realizar com êxito o objetivo proposto. Os resultados se mostraram equilibrados. Toda via na educação o Pará se sobressaiu, enquanto na saúde a média nacional que obteve um melhor desempenho.

Pôde-se perceber que o Brasil aprimorou o Programa Bolsa Família, principalmente no quesito de abrangência de famílias que realmente necessitam de sua assistência. Nota-se este fato no momento em que as filas de espera para o recebimento do benefício se tornaram cada vez menores. O setor gerencial do programa, bem como a fiscalização se tornaram processos mais rebuscados em relação ao início em 2004, onde se existiam diversas reclamações e erros o que favoreceu bastante para o declínio da fila de espera. Contudo, isto não faz com que o Bolsa Família seja livre de problemas, pois ainda existem sim diversas variáveis a serem melhoradas. Este índice reporta apenas para os níveis nacionais, porém outros índices como saúde e educação podem ser analisados tanto nacionalmente quanto regionalmente. Visto isso, o a pesquisa também buscou tratar destes itens, porém em uma perspectiva de comparação entre o estado do Pará e o Brasil. Os resultados encontrados foram satisfatórios, uma vez que todos os dois objetos de estudo se mostraram com taxas atuais acima de 90% no setor educacional e 70% na saúde. Foram analisados os níveis de acompanhamento das famílias que são assistidas pelo programa, em relação das que tem os critérios para serem atendidas, mas não o são.

Para pesquisas futuras, sugere-se um estudo comparativo entre os resultados quantitativos expedidos pelos órgãos responsáveis pelo Programa Bolsa Família, como o MDS em relação à efetividade desses dados na realidade local. Ou seja, comparar se o que está nos relatórios é o mesmo que se encontra no processo operacional. Isto pode ser executado em uma visão municipal, já que o MDS disponibiliza todos os dados quantitativos do programa de cada município cadastrado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. de; GAZZOLA, Rosaura. Políticas públicas: prestação de contas dos atores. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 1, p. 25-37, 2017.

ARRAIS, T. A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 200-226, dez. 2016.

BICHIR, Renata. Novos instrumentos de coordenação federativa: reflexões a partir do Programa Bolsa Família.

Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.1, n.1, Jun.-Ago. 2016, p.49-78

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família**. [S. /], 2019. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Satisfação Global de Vida e Bem-estar Financeiro: desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 51, n. 2, p. 182-200, 2017.

CARNEIRO, N. E. A. O Direito Mediante o Cumprimento do Dever: Análise das Condicionalidades do Programa Bolsa Família no Município de Natal/RN. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, p. 24-32, 2018.

COÊLHO, D. B.; FERNANDES, A. S. A. Regras Importam: Determinantes do Controle Burocrático no Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 689-707, 2017.

GOMES, F. N. et al. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A GESTÃO PÚBLICA EM FOCO. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade-CODS**, v. 4, n. 1, p. 270-283, 2014.

GOMES, J. R. T. CONTROLE DAS POLÍTICAS E CONTAS PÚBLICAS. In: _____. **Matriz Constitucional da Accountability no Controle Social das Políticas e Contas Públicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12782>. Acesso em: 5 jul. 2019.

LIMA, L. L.; STEFFEN, M. W.; D'ASCENZI, L. POLÍTICAS PÚBLICAS. In: LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/ivros/Pol%EDticas%20P%Fablicas%20-%20Gest%20Urb%20e%20Desenv%20Local.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Estado**. 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=pbf_no_estado_resumido. Acesso em: 8 jul. 2019.

_____. **Cadernos de resultados - 2016/2018**. [S. /], 28 jun. 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/bolsa-familia/publicacoes-bolsa-familia>. Acesso em: 7 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Atribuições de cada nível de governo**. [S. /], 2 jul. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/atribuicoes-de-cada-nivel-de-governo>. Acesso em: 4 jul. 2019.

MONTEIRO, D. A. A.; RIBEIRO, E. M. Avaliação de Políticas Públicas como Indutora de Aprendizagem: Percepção de Gestores Estaduais do Programa Bolsa Família. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. Ed. Especial, p. 105-130, 2017.

MOREIRA, Vanessa Rodrigues. **A POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BRASILEIRA: a devida proteção social**. 2015.

NERI, Marcelo. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 168-181, abr. 2017. ISSN 1982-3134. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/67720>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 312-329, 2017.

PEREYRA, A. C. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES**: uma análise do 1º e 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. 2016. 174 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4124>. Acesso em: 5 jul. 2019.

PINTO, Michele de Lavra. **Políticas públicas de transferência de renda: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na favela do Pavão-Pavãozinho, Rio de Janeiro**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17272>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PIZZIO, A.; SILVA, M. M. C. Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: Uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 177-206, 2016.

SANTANA, L. K. A.; DOURADO, D. C. P. A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no Século XXI: A Emancipação dos Beneficiários do Programa Bolsa Família é Possível? . **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, n. 2, p. 125-151, 2018.

SILVA, D. I. da. **Impactos dos programas de transferência de renda Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.